O INGRESSO DO SEGMENTO FEMININO NO EXÉRCITO BRASILEIRO

Autores:

Gabriela Nunes ZELLMER, ginecologista e obstetra (1º Ten Aluno)

g.zellmer@hotmail.com;

LUANA Caroline XAVIER Gomes Lima, pediatra (1º Ten Aluno)

luanacx@gmail.com.

Orientadora: 2º Ten Fernanda Orlandini

Escola de Saúde do Exército, Rio de Janeiro, RJ.

RESUMO

Através desse estudo, procura-se demostrar a importância das mulheres no Exército Brasileiro, apresentando a igualdade de gênero nessa profissão, como uma estratégia de crescimento e inovação ao setor Militar no Brasil. A Constituição Federal Brasileira assegura a igualdade de gêneros e defende desde o seu preâmbulo o pluralismo e o combate a toda e qualquer forma de discriminação. Igualdade, ou a defesa a igualdade, é pauta constitucional, e por mais que argumentos secundários tentem demonstrar a participação do gênero, tais como, a estrutura física, a capacidade da força, a necessidade de ter vínculos mais próximos com os filhos, tem-se que nada disso é razoável à luz da modernidade. Argumentos similares já foram utilizados para afirmar que as mulheres não poderiam ser advogadas, magistradas, médicas ou engenheiras por exemplo. Contudo, grandes e destemidas mulheres pioneiras foram demonstrando ao longo do tempo coragem e o preparo necessários para protagonizarem na sociedade. Nas atividades militares, não seria diferente. Como objetivos específicos, procuramos fazer uma análise da mulher sobre o cenário do Exército Brasileiro e apresentar a magnitude de sua participação no âmbito militar. Trata-se de uma temática relevante em nível social, destacando-se que se tratando de esfera acadêmica, é uma pesquisa que possibilitará reflexões e auxiliará no desenvolvimento de estudos futuros.

Palavras-Chave: Exército Brasileiro. Mulher. Gênero. Combatentes. Sociedade. Papel Social. Mercado de Trabalho.

ABSTRACT

Through this study, we seek to demonstrate the importance of women in the Brazilian Army, presenting gender equality in this profession, as a growth and innovation strategy for the Military sector in Brazil. The Brazilian Federal Constitution ensures gender equality and defends pluralism and combats any form of discrimination from its preamble. Equality, or the defense of equality, is a constitutional issue, and however secondary arguments try to demonstrate gender participation, such as physical structure, the capacity for strength, the need to have closer ties with children, we none of this is reasonable in the light of modernity. Similar arguments have already been used to state that women could not be lawyers, magistrates, doctors or engineers for example. However, large and fearless pioneer women have been demonstrating the courage and preparation necessary to play a leading role in society over time. In military activities, it would be no different. As specific objectives, we seek to make an analysis of women on the Brazilian Army scenario and present the magnitude of their participation in the Brazilian Army. It is a relevant topic at the social level, highlighting that in the academic sphere, it is a research that will allow reflections and assist in the development of future studies.

1. INTRODUÇÃO

O Exército Brasileiro teria sido uma a profissão de homens durante décadas, apesar das contribuições significativas das mulheres desde o início. Em razão da reserva do serviço militar ao gênero masculino, grande parte das primeiras mulheres a participar das Forças Armadas o fizeram por meio do travestimento, escondendo o gênero feminino e se passando pelo masculino para poder ingressar clandestinamente no serviço militar, sendo posteriormente reconhecido os seus feitos. As mulheres desempenharam um papel fundamental no crescimento do Exército desde o início e, particularmente, em tempos de guerra.

Este estudo procura tratar sobre a relevância das mulheres no Exército, direcionando-o a partir do seguinte questionamento: Quão relevante ou vantajoso pode ser para a mulher seguir carreira no Exército Brasileiro?

Nesse contexto, o objetivo geral do presente consiste em demostrar a importância das mulheres nas Forças Armadas, com foco no Exército Brasileiro, apresentando o equilíbrio de gênero nessa profissão, como uma estratégia de crescimento e inovação ao setor Militar no Brasil. E como objetivos específicos: analisar a mulher na sociedade; relatar sobre cenário do Exército Brasileiro; e apresentar a magnitude da participação das mulheres no Exército Brasileiro.

2. METODOLOGIA

Foi realizada uma revisão bibliográfica tendo como referência livros, dissertações e artigos científicos. Para selecionar os artigos foram utilizados os buscadores eletrônicos: Scielo, Lilacs, CAPES, PubMed e EBusca (sistema de buscas integradas do Exército Brasileiro), no qual utilizou-se as palavras de busca isoladas: mulher, sociedade, papel social, mercado de trabalho, combatentes e Exército Brasileiro. O período dos artigos pesquisados foram os trabalhos publicados nos últimos 15 anos.

3. DESENVOLVIMENTO

3.1 A MULHER NO MERCADO DE TRABALHO E NA SOCIEDADE

Pode-se entender que tanto a influência cultural como social resultaram na transformação comportamental da mulher ao longo dos anos, no entanto, sempre com vistas na defesa da igualdade entre o homem e a mulher, sendo deste modo indispensável à desconstrução do estereótipo de gênero. De acordo com Nassif et al. (2011) é crescente o número de mulheres no mercado de trabalho, principalmente, como empreendedoras e líderes de empresas, provavelmente pela sua capacidade de melhor enfrentar desafios e obstáculos como dificuldades de acesso a financiamentos e as altas taxas tributárias. De acordo com os autores estudos revelam que as mulheres têm percepção de suas potencialidades, limitações, desejos e anseios dentro de um escopo de competências cognitivas e afetivas, estes que são indissociáveis na prática.

Embora ainda seja em número menor, a liderança feminina se destaca em todos os setores competitivos do mercado de trabalho. A sua participação é vista como uma fonte facilitadora, participativa, a flexibilidade da negociação, o poder de facilitar e dividir a informação são pontos positivos observados por estudiosos do assunto que conseguem perceber está liderança como um aumento na produtividade e nos lucros (VENDRAMINI, 2008).

Antes de aprofundar sobre as peculiaridades da mulher no mercado de trabalho, considerando que neste final da segunda década do século XXI ainda é possível perceber diferenças de gênero que afetam esse setor da sociedade, acredita-se ser importante uma breve abordagem sobre essa divisão de papeis sociais que transformaram as mulheres nas atuais empreendedoras.

3.1.1 A divisão de papeis sociais na sociedade

Para Perrot (1995), escrever sobre a história da mulher é algo relativamente novo, refletindo uma transformação, quando se reconhece que as mulheres têm uma história e não são somente destinadas à mera reprodução, sendo detentoras de uma historicidade relativa às suas ações cotidianas.

De acordo com Silveira (2012), as diferenças biológicas entre homens e mulheres, ou seja, a diferença entre seus corpos, talvez tenha sido a primeira diversidade percebida em sociedade, com essas diferenças servindo como base para a divisão sexual do trabalho, bem como para conferir significados aos elementos masculinos ou femininos, associando ao masculino tudo aquilo que era produzido pela ação humana, e ao feminino tudo aquilo que já era determinado pela natureza. Essa associação também pode ser percebida com a racionalidade, o cálculo que foi atribuído aos homens e aos sentimentos e emoções que foram atribuídos às mulheres, principalmente, quando o assunto era procriação e maternidade. Dessa forma, quase que naturalmente os papeis sociais foram sendo atribuídos aos homens e às mulheres.

Portela (2012) salienta a dificuldade existente em reconstituir a história da mulher, já que a história é contada sob o ponto de vista dos homens, não havendo informações concretas sobre a vida das mulheres, com relatos próprios que possam supor a veracidade.

Provavelmente ao se pensar na mulher na pré-história da humanidade a primeira imagem que lhe vem à cabeça seja a de um homem das cavernas arrastando sua mulher pelos cabelos, visto ser o que paira sobre o imaginário social, onde o homem domina a mulher pela força. Todavia, do contrário do que se pensa a mulher não era essa figura de total submissão, o que se pode verificar a partir de dados arqueológicos e levantados por historiadores é de que a mulher era valorizada nesse período. De acordo com Nascimento (1997), essa mudança de

pensamento sobre a posição da mulher na pré-história ocorreu a partir da descoberta de Lucy e Luzia, dois fósseis femininos pré-históricos, que demonstram que a reprodução anterior da história não passava de uma visão grosseira patriarcalista.

Acredita-se que as mudanças na posição da mulher em relação ao homem se iniciaram a partir da separação social por Estado, quando o homem começou a se organizar em cidades e governos, já se percebendo a submissão da mulher a partir das civilizações clássicas. De acordo com Saffioti (2004), as civilizações clássicas marcam o início do patriarcado, com a invenção do arado em substituição à enxada primitiva utilizada pela mulher, o serviço passou a ser mais pesado, exigindo tração animal e a força do homem para ser executado, sendo a partir de então o trabalho valorizado. É com a invenção do arado que o homem passou a ser sedentário e se organizar em sociedade. No que diz respeito à mulher nesse período da história, Nascimento (1997) destaca no pensamento de teóricos a insistência em afirmar a condição de submissão da mulher, destacando a visão negativa trazia pela Igreja, que a tratava como um perigo carnal e espiritual que precisava ser evitado.

O século XVIII foi responsável por modificar o papel da mulher na sociedade, pela mudança no contexto de família, principalmente com a Revolução Francesa que trouxe os ideais de Liberdade, Igualdade e Fraternidade, passou para as famílias uma necessidade de busca da felicidade, dando prioridade a fatores como o amor conjugal, os laços afetivos, com isso, a mulher passou de esposa à companheira e o casamento passou a ser baseado no amor e na liberdade de escolha (BORGES, 2013).

A mulher moderna então passa a viver com o amor em foco, o amor pelos filhos, o amor pelo marido, e para conseguir um bom casamento precisava assumir uma postura recatada, com dotes caseiros, como saber cozinhar, limpar, cuidar de crianças, além de se manter pura, distante dos problemas e das tentações mundanas. Assim, as configurações atuais da mulher começavam a ser percebidas, com a conquista do espaço sendo realizada, sobretudo pela sua inserção no mercado de trabalho e na família.

No século XX, as mulheres iniciaram uma luta organizada em busca de seus direitos, para acabar com as formas de opressão a que eram submetidas, iniciou-se o chamado feminismo. De acordo com Teixeira (2010), as mulheres que assumiram o movimento, foram vistas como mulheres mal-amadas, sendo discriminadas pelos

homens e pelas mulheres que aceitavam o papel de submissas. Vale destacar o período de 1930 a 1945, que se configurou como um período de conquistas femininas. De acordo com Auad (2003), as mulheres nesse período já podiam exercer seu direito ao voto, assim como podiam se candidatar a cargos públicos, podiam ingressar nas instituições escolares e participar do mercado de trabalho. A voz feminina já podia ser ouvida no seio da sociedade. Em paralelo a essas conquistas femininas, o período também foi marcado pela eclosão da Segunda Guerra Mundial, com a ida dos homens à guerra, a mulher ganhou mais espaço, principalmente no mercado de trabalho.

No decorrer da história da humanidade, a mulher lutou pelos seus direitos e conquistou espaços, constituindo um mundo com menos discriminação, onde homens e mulheres buscam um bem-estar em conjunto. Hoje a mulher assume papeis de gestão dentro de uma empresa, assume uma família a partir de sua renda, é mãe, é mulher, é profissional, é considerada, como um ser frágil e ao mesmo tempo forte, inspiradora de canções, capaz das maiores peripécias para conquistar seu espaço. (PROBST, 2003).

Conforme é destacado por Rezende e Pereira (2010), ao se inserir no mercado de trabalho a mulher passou a assumir diferentes papéis, continuando a atuar no ambiente familiar como mãe, esposa e dona de casa, todavia, acrescenta-se o papel de profissional, estudante, sem contar os demais papeis sociais relacionados à amizade e à vaidade. Sobre o papel da mulher no ambiente familiar, Tavares elucida que:

> [...] no casamento moderno, a mulher, para ser respeitada, vê-se impelida a perseguir um crescimento do “eu” e da realização profissional, mesmo que não tenha um projeto pessoal ou desejo de exercer atividades domésticas. O marido, por sua vez, incentiva a sua esposa a estudar ou trabalhar, desde que não interfira nos serviços domésticos, cuidados com a família e filhos, que permanecem uma responsabilidade feminina (TAVARES, 2010, p. 122).

Assim, a mulher exerce importantes funções no ambiente familiar, compreendendo desde ser mãe até ser esposa e dona de casa.

3.1.2 A mulher como provedora: as mudanças na formação familiar

Quando as fábricas estavam em períodos de crises, o trabalho masculino era substituído pelo feminino, por este ser mais barato, este fato gerou conflitos entre homens e mulheres trabalhadoras, pois os homens as acusavam de terem roubado seu trabalho. E foi a partir daí que as mulheres começaram a lutar por melhores condições, as mulheres reivindicavam direitos trabalhistas, direito de voto, enfim, igualdade com os homens (ALVES; PITANGUY, 1981).

As mulheres passaram a ter uma jornada dupla, tendo em vista que tinham ainda que cuidar de suas casas e famílias. A dificuldade encontrada nessa jornada dupla de trabalho levou as mulheres a reivindicarem, também, por creches, escolas e pelo direito da maternidade. Como se pode perceber, durante o decorrer da história da sociedade a mulher sempre foi vista como menos capaz que o homem. A mulher foi passando a pertencer cada vez mais ao homem, o adultério era considerado crime gravíssimo e colocava em perigo a herança da prole (PETERSEN, 1999).

Como bem destacam Alves e Pitanguy (1981), na época das sociedades industriais, surgiu o modelo nuclear de família, ou seja, pai, mãe e filhos, contudo, a sociedade continuava patriarcal. A mulher passou a ser submetida ao trabalho fabril, deixando a função de apenas cuidar, porém, este fato gerou uma desestruturação dos laços familiares, principalmente para os filhos, fazendo crescer, assim, os conflitos sociais.

A família sofreu modificações no decorrer do tempo, as características tradicionais formadas por homem e mulher na figura de pai e mãe e filhos, onde o pai é o arrimo de família, trabalhando fora de sua casa e a mulher exerce o papel de cuidar da casa e das crianças, já não são mais predominantes, as mulheres passaram a ter outros papéis sociais, apesar de sua presença no ambiente familiar continuar a ser de grande importância. Oliveira, com base em Cooper e Lewis (2000), cita as razões pelas quais a mulher ainda assume maior responsabilidade com os cuidados com os filhos:

> a) Expectativas sociais: a visão de que as mães são as maiores responsáveis pelos cuidados e pelo bem-estar dos filhos;
>
> b) expectativas tradicionais em relação aos sexos: os homens seguem os estereótipos masculinos tradicionais por serem altamente competitivos e orientados para o poder, costumam achar que, participar dos cuidados com os filhos é muito custoso em termos de carreira. Analogamente, as mulheres

> que seguem o papel feminino tradicional, podem relutar em renunciar ao papel principal nos cuidados com os filhos;
>
> c) Falta de modelos: a maioria dos casais que trabalham e foram cuidados em famílias tradicionais estão conscientes da falta de modelos para a divisão dos cuidados com os filhos;
>
> d) O impacto da licença maternidade: a licença maternidade em detrimento a uma licença-paternidade mais prolongada ou licença do casal, pode desempenhar um papel importante na formação dos padrões de comportamento dos pais;
>
> e) Restrições organizacionais: superiores e colegas muitas vezes criticam os homens que desejam reduzir seu envolvimento no trabalho para conseguir tempo para estar com os filhos. Um padrão socialmente mais aceitável é que os pais trabalhem mais duro, fazendo mais horas extras, quando há filhos para sustentar. Esta ética de "provedor" reduz o tempo e a energia de que os pais dispõem para cuidar dos filhos (COPER, LEWIS, 2009, p. 33).

Nesse contexto, percebe-se nas razões elencadas pela autora, que ainda pairam na sociedade as características paternalistas, definindo a mulher como cuidadora. Embora, se esteja no século XXI ainda impera um machismo que assola os brasileiros mantendo uma visão de que os trabalhos domésticos é uma obrigação feminina (RIBEIRO, 2008).

Na pesquisa realizada por Wagner et al. (2005), foi demonstrado que apesar da mulher trabalhar fora de casa, assumindo um papel como profissional, ela não deixa de lado suas funções no ambiente familiar, passando a acumular funções e tarefas, de acordo com os autores:

> A necessidade de analisar e compreender a coexistência dos aspectos modernos e tradicionais nas famílias contemporâneas nos últimos 15 anos, revelou um considerável aumento no número de pesquisas sobre a divisão de gênero nessas atividades domésticas. Pesquisadores do Brasil e dos Estados Unidos têm constatado que a divisão das tarefas domésticas ainda tende a seguir padrões relativamente tradicionais. Mesmo nas casas onde as mulheres têm um ganho financeiro maior do que os maridos, ou mesmo naquelas onde os maridos estão desempregados, elas realizam uma quantidade muito maior de atividades no trabalho doméstico que eles. (WAGNER et. al., 2005, p. 182)

Com esse acúmulo de papéis e tarefas, as mulheres enfrentam, por vezes, dificuldades em conciliar trabalho e família. Assim, a mulher assume uma dupla jornada de trabalho que na maioria das vezes é mais exaustiva que o homem se submete diariamente, cabendo-lhe a responsabilidade da labuta de casa, do cuidado dos filhos, da educação e do preparo dos alimentos, já sendo perceptíveis as

conquistas femininas no Brasil em todas as esferas, mesmo que ainda se consiga perceber as raízes patriarcais que por vezes submetem às mulheres ao preconceito de gênero.

3.2 EXÉRCITO BRASILEIRO

O Exército Brasileiro é o braço terrestre das Forças Armadas Brasileiras. O Exército Brasileiro lutou em vários conflitos internacionais, principalmente na América do Sul durante o século XIX. No século 20, lutou no lado aliado na Primeira Guerra Mundial e na Segunda Guerra Mundial. Alinhado ao Bloco Ocidental, durante o período de governo militar no Brasil, de 1964 a 1985, também teve participação ativa na Guerra Fria, na América Latina e no sul da África Portuguesa, além de participar de missões de paz da ONU em todo o mundo desde o final dos anos 50 (BOURDIEU, 2010).

Internamente, além de ter enfrentado várias rebeliões ao longo desses dois séculos, com o apoio das elites políticas e econômicas locais, também encerrou a monarquia e impôs ao resto da sociedade suas visões políticas e projetos de desenvolvimento econômico durante os períodos em que governou o país: 1889 –1894, 1930–1950 (primeiro período de Vargas e anos de Dutra) e 1964–1985 (CARVALHO, 2005).

3.2.1 O Exército Brasileiro

O Exército Brasileiro é uma das três Forças Armadas do Brasil responsáveis externamente pela defesa das operações eminentemente terrestres do país e internamente pela aplicação da lei e da ordem e dos poderes constitucionais do país (BOURDIEU, 2010).

Embora o Exército Brasileiro tenha sido criado durante o processo de independência do Brasil de Portugal, em 1822, com as unidades do Exército Português no Brasil que permaneceram leais ao príncipe Dom Pedro, suas origens remontam às Forças Terrestres usadas pelos portugueses em Portugal. As guerras coloniais contra franceses e holandeses, travadas nos séculos XVI e XVII. Durante o

processo de independência, o Exército era composto inicialmente por brasileiros, portugueses e mercenários estrangeiros. A maioria de seus comandantes eram mercenários e oficiais portugueses leais a Dom Pedro (BOURDIEU, 2010).

Ao longo de 1822 e 1823, o Exército Brasileiro foi capaz de derrotar a resistência portuguesa, principalmente no norte do país e em Cisplatina, evitando também a fragmentação do então novo Império brasileiro após a guerra da independência (CARVALHO, 2005)

Como na maioria das nações latino-americanas, o Exército Brasileiro tem sido o mais influente dos serviços devido ao seu tamanho, implantação e desenvolvimento histórico. Não apenas os generais seniores do exército ocuparam a presidência de 1964 até 1985, mas a maioria dos oficiais que ocuparam cargos no gabinete durante esse período eram do exército. Em 1997, o exército totalizava 200.000 membros e, em 2012, 190.000 soldados (FAORO, 2001).

O Exército Brasileiro cumpre seu mandato constitucional e executa suas atribuições, durante a paz e a guerra, sob a orientação dos conceitos estratégicos de flexibilidade e elasticidade. A flexibilidade, por sua vez, inclui os requisitos estratégicos de monitoramento / controle e mobilidade (CASTRO, 2012).

3.2.2 Recrutamento

Como a única entrada no corpo de oficiais regular é a AMAN, seus registros fornecem uma imagem precisa do corpo de oficiais. Nas décadas que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, os cadetes de famílias de classe média aumentaram, enquanto os de famílias de classe alta e não-qualificados declinaram. O número total de candidatos também diminuiu como resultado da diversificação do desenvolvimento econômico, que deu aos formandos do ensino médio opções mais atraentes do que ingressar nas forças armadas. Cada vez mais, os cadetes da AMAN eram de entre os graduados das Escolas Militares apoiadas pelo exército, cujos filhos de militares frequentavam aulas gratuitas. Muitos desses estudantes eram filhos de sargentos cujas origens não eram da classe média; portanto, existia uma forma de mobilidade interinstitucional e ascendente (CASTRO, 2012).

A tendência nos anos 60 de recrutar de fontes civis diminuiu. Os testes de aptidão mental, de saúde e de aptidão física excluíram um grande número de

graduados em escolas civis: em 1977, de 1.145 civis que tentaram os testes, apenas 34 ou 3% foram admitidos. Em 1985, apenas 174, ou 11%, dos 1.555 cadetes da AMAN eram graduados em escolas civis; o restante era do sistema da Escola Militar do Exército, da Escola Preparatória de Cadetes (EPC), da Força Aérea ou da Marinha. No início dos anos 90, os cadetes da AMAN foram selecionados exclusivamente daqueles que haviam completado o EPC. Em meados da década de 90, a população de cadetes da AMAN era de cerca de 3.000 (HOLANDA, 2016).

No século XX, o corpo de oficiais era composto predominantemente por homens do Sudeste e do Sul do Brasil, onde foram concentradas unidades militares e maiores oportunidades educacionais. Em 1901-1902, o Nordeste contribuiu com 38% dos alunos da escola preparatória do exército em Realengo, enquanto em 1982 forneceu apenas 13% da escola preparatória de Campinas. Nos mesmos anos, o Sudeste forneceu 40,4% e 77%, enquanto o Sul deu 8,6% e 6,3%. Embora São Paulo, de acordo com Alfred Stepan e outros observadores, não tenha sido notado por enviar seus jovens para o corpo de oficiais, sua contribuição aumentou de 4,3% dos estudantes em 1901-02 para 33,5% em 1982. Origens regionais dos cadetes no A AMAN foi bastante consistente no período de 1964-1985. De longe, o maior contingente veio do estado e da cidade do Rio de Janeiro (CASTRO, 2012).

Embora os teóricos sociais possam estar satisfeitos com as indicações de que o exército está servindo como veículo para a mobilidade social, os líderes do exército estão preocupados. Os oficiais comentaram a tendência de recrutamento de classe baixa no Centro de Treinamento de Oficiais da Reserva (CPOR) e os problemas associados a esses oficiais. Em uma entrevista de 1986, o ex-ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, observou que não queria oficiais que dariam apenas cinco ou dez anos ao exército; ele queria indivíduos com vocação militar, que permaneceriam por uma carreira de mais de trinta anos. Muitos oficiais expressaram preocupação de que aqueles que procuram usar o exército para melhorar seu status não sejam suficientemente dedicados à instituição. De fato, alguns policiais buscam a aposentadoria o mais cedo possível para conseguir um segundo emprego (segundo salário) para sobreviver (EXERCITO, 2020).

3.3 A MULHER NO EXÉRCITO BRASILEIRO

O primeiro registro de uma mulher brasileira em combate ocorreu em 1823, quando Maria Quitéria de Jesus lutou pela manutenção da independência do Brasil. Ela é considerada a primeira brasileira a assentar praça em uma Unidade Militar. Entretanto, somente em 1943, durante a Segunda Guerra Mundial, as mulheres oficialmente ingressaram no Exército Brasileiro. Mas a história das mulheres nesse setor está recheada de outras conquistas.

Durante a 2ª Guerra Mundial, 73 enfermeiras serviram como voluntárias em hospitais do exército norte americano. Após a guerra, a maioria delas foi condecorada e recebeu a patente de oficial, sendo licenciadas do serviço militar ativo.

No Exército, a primeira turma de formação envolvendo mulheres foi aberta, na Escola de Administração do Exército, em 1992, com 49 alunas. Em 1996, a Força Terrestre instituiu o serviço militar feminino voluntário para médicas, dentistas, farmacêuticas, veterinárias e enfermeiras de nível superior. Nesse mesmo ano, incorporou a primeira turma de 290 voluntárias para prestarem o serviço militar na área da saúde. De lá para cá, o número de mulheres no Exército só aumentou, alcançando o patamar de 6.009 integrantes.

O Instituto Militar de Engenharia – IME (Rio de Janeiro – RJ) em 1997, matriculou a primeira turma de 10 mulheres alunas, a serem incluídas no Quadro de Engenheiros Militares (QEM).

A Escola de Saúde do Exército – EsSEx (Rio de Janeiro – RJ) matriculou e formou, no mesmo ano, a primeira turma de oficiais médicas, dentistas, farmacêuticas, veterinárias e enfermeiras de nível superior, no Quadro de Saúde do Exército.

No ano de 1998, o Exército instituiu o Estágio de Serviço Técnico para profissionais de nível superior que não sejam da área de saúde. Naquela oportunidade, incorporou a primeira turma de 519 mulheres advogadas, administradoras de empresa, contadoras, professoras, analistas de sistemas, engenheiras, arquitetas, jornalistas, entre outras áreas de ciências humanas e exatas, atendendo às necessidades de Oficial Técnico Temporário (OTT) da Instituição.

A Escola de Saúde do Exército em 2001, permitiu a inscrição de mulheres para participar do concurso público para o preenchimento de vagas no Curso de Sargento de Saúde que passou a funcionar em 2002.

Em 2018 as primeiras alunas da Turma Dona Rosa da Fonseca (Patrono da Família Militar), cursaram o Curso Básico da AMAN e, após esta etapa, continuaram sua formação em uma das Armas, Quadro ou Serviço (Q/A/S) na Academia. Esta é a primeira turma mista de Novos Cadetes. 34 mulheres concludentes da Escola Preparatória serão as primeiras cadetes da AMAN. Elas foram admitidas no concurso para a EsPCEx em 2016 e agora chegam nas Agulhas Negras para serem declaradas "Cadetes de Caxias".

A AMAN preparou-se longamente para a admissão das mulheres. Além das obras estruturais, uma série de medidas administrativas, burocráticas e jurídicas foram tomadas, assim como a capacitação dos militares envolvidos na formação das cadetes. Elas participam das mesmas instruções e exercícios militares previstos para o Curso Básico. Os conhecimentos adquiridos pelo oficial combatente de carreira do Exército são iguais para homens e mulheres, sem qualquer distinção na formação. Ao final do Curso Básico elas podem optar pelo Serviço de Intendência ou pelo Quadro de Material Bélico, áreas nas quais atuarão por toda a sua carreira militar.

Para se tornar Sargento ou Oficial do Quadro Permanente do Exército Brasileiro há necessidade de ser aprovada em concurso público de âmbito nacional, de acordo com a faixa etária e nível de escolaridade, para as seguintes escolas militares:

1 - Escola Preparatória de Cadetes do Exército: é a porta de entrada da Academia Militar das Agulhas Negras, para quem está cursando ou já possui o 3º ano do ensino médio, para homens e mulheres.

2- Instituto Militar de Engenharia: é destinado a quem possui o ensino médio ou já é formado em Engenharia, para homens e mulheres.

3- Escola de Saúde do Exército: é o estabelecimento de ensino responsável pela formação dos oficiais do Quadro Médico, Farmacêutico e Dentistas do Serviço de Saúde, para ambos os sexos.

4- A Escola de Formação Complementar do Exército: oferece vagas para homens e mulheres que tenham concluído o ensino superior nas áreas de interesse do concurso.

5- Escola de Sargentos de Logística: para o sexo masculino ou feminino, é preciso ter concluído o Ensino Médio ou estar cursando o 3º ano do Ensino Médio.

6- Seleção para oficial temporário no Estágio de Serviço Técnico (EST) ou Estágio de Adaptação e Serviço (EAS). Há ainda a possibilidade do ingresso por meio do processo seletivo para Estágio Básico de Sargento Básico (EBST).

Figura 1 – Mulheres no Exército Brasileiro

Fonte: EsPCEx (2020).

Para iniciar uma carreira no exército como oficiais, as mulheres devem ter concluído o bacharelado em áreas como direito, ciência da computação, economia ou contabilidade, entre outros. A competição é de âmbito nacional e nenhum candidato pode ter mais de trinta e seis anos de idade. Os que são aceitos no programa estudam na Escola de Formação Complementar do Exército (antiga Escola de Administração do Exército) em Salvador, começando como primeiros tenentes (reserva). A Escola de Formação Complementar também está aberta aos homens. No final do curso de um ano, a pós-graduação é promovida a

primeiro-tenente nas fileiras permanentes. Se iniciar uma carreira nas fileiras alistadas, qualquer mulher alistada seria obrigada a ter pelo menos um diploma de ensino médio (ANDRADE, 2017).

3.3.1 Mulheres no Exército: dia histórico

Para o exército brasileiro, em 18 de fevereiro de 2017, foi um dado que fez história. Pela primeira vez, 32 mulheres atravessaram as portas da Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEx), não apenas usando ou crachá de "estudante" no peito, mas também empolgadas por pertencerem à primeira classe de mulheres, para iniciar ou se tornar oficial de combate no Exército Brasileiro (EXERCITO, 2020).

Figura 2 – Turma de 32 Mulheres da EsPCEx

Fonte: EsPCEx (2020)

A participação das mulheres no exército não deixa de ter precedentes. Em 1823, Maria Quitéria de Jesus foi a primeira mulher lutou ao lado de outros soldados pela independência brasileira; durante a Segunda Guerra Mundial. Para entrar, Maria Quitéria fingiu ser homem, todavia, semanas depois sua identidade foi revelada. Ao contrário do que se pode pensar, ela não foi expulsa das tropas, sendo mantida pelo Major Silva e Castro em decorrência de sua importância na luta contra os portugueses por ter facilidade no manejo das armas e por ser disciplinada. Apesar do importante papel de Maria Quitéria na Segunda Guerra Mundial, as

mulheres ainda não conseguiram igualdade na carreira militar, os avanços foram lentos, verificando-se que, por muito tempo, as funções estavam limitadas a apoiar tarefas como administração, assistência médica e ensino. A inovação, na verdade, seria a entrada das mulheres em carreiras de combate.

> Como carreiras de combate são aquelas em que um membro do serviço participa diretamente da missão central do exército, que deve estar preparado para defender uma pátria. Quando as pessoas imaginam um soldado em combate - um soldado que está em guerra - esse soldado está seguindo uma carreira de combate (EsPCEx, 2017).

A Lei Pública 12.705, instituída em 2012, prevê uma inclusão feminina no ensino de estudos de guerra. Esse regulamento previa um período de cinco anos para Forças Armadas se adaptarem à disposição. O Exército considera que dever-se-ia usar todo o período para preparar as instalações revisadas, usar as medidas apropriadas no local, com roupas, banheiros, chuveiros, entre outros (EXERCITO, 2020).

Para tanto, o concurso Público, chamou as guerreiras, sendo que a primeira etapa do processo ocorreu nos dias 10 e 11 de setembro de 2016[1], quando os candidatos realizaram exames de admissão em português, redação, física, química, matemática, geografia, história e inglês. Em janeiro de 2017, após a classificação dos exames e a publicação dos resultados, os nomes daqueles que serão comparados à próxima rodada serão anunciados. Está próxima etapa envolveu um exame de saúde e um teste de aptidão física (abdominais, flexões e corrida).

Em um primeiro momento, o Exército Brasileiro atraiu 7.700 candidatos, uma média de 192,5 por vaga, sendo um processo altamente competitivo. Além disso, havia 21.300 homens que também se inscreveram na Escola de Preparação de Cadetes do Exército (EsPCEx), uma porta de entrada para uma carreira de oficial de combate nas forças terrestres (EXERCITO, 2020).

O processo inclui 40 vagas para mulheres e 400 para homens que, se selecionados, passariam um ano na EsPCEx em Campinas, São Paulo. No final desse processo, poderiam então, passar para a Academia Militar de Agulhas Negras (AMAN), em Resende, no estado do Rio de Janeiro. Quatro anos depois, como

---

[1] Foi no ano de 2016 que o Exército Brasileiro (EB) abriu pela primeira vez a possibilidade de inscrição para mulheres em seu concurso de admissão aos cursos de formação de sargentos na linha de ensino militar bélico.

primeiras mulheres do Serviço Administrativo e do Pessoal de Ordenação surgiram como aspirantes a oficiais do Exército, ou o primeiro passo para tornar-se general (EXERCITO, 2020).

Foi por essa razão que para receber o grupo de mulheres, o EsPCEx teve que adaptar uma nova realidade. Segundo o coronel Dutra de Menezes (2017), uma infra-estrutura passou por quatro grandes reformas na habitação, assistência médica, unidade de treinamento físico militar e almoxarifado. O regulamento também passou por modificações, como no caso de regras gerais de conduta, incluindo uma apresentação individual das alunas, que segue o Regulamento Uniforme do Exército. Todos os cuidados e adaptações necessárias para receber as alunas.

3.3.2 Mulheres nas Forças Armadas e na Polícia Militar

Uma carreira militar nas Forças Armadas tornou-se uma alternativa para as mulheres. Entre os fatores para a demanda estão as perspectivas de mobilidade ascendente, a estabilidade da profissão, o respeito e a organização das instituições militares, bem como um chamado militar.

As mulheres não participaram das forças armadas do Brasil até o início dos anos 80. O Exército Brasileiro se tornou o primeiro exército da América do Sul a aceitar mulheres nas fileiras permanentes e de carreira. Em 1992, por exemplo, 2.700 mulheres de 5.000 candidatas concorreram a 136 posições no Quadro Complementar de Oficiais (QCO) (ANDRADE, 2017).

A marinha e a força aérea incorporaram mulheres em suas fileiras, mas no Corpo de Mulheres da Reserva. Embora seus cargos sejam de natureza temporária, com a renovação regular dos contratos, essas mulheres podem chegar ao status de oficial. A marinha e a força aérea tinham cerca de 3.200 tropas e oficiais do sexo feminino em 1991. Em 1992, a marinha promoveu suas primeiras mulheres ao posto de tenente-comandante. Os três serviços estão empenhados em admitir mulheres em suas academias militares no final dos anos 90. A FAB começou a aceitar mulheres em sua academia em 1996, mas não como pilotos (CASTRO, 2012).

Em 1991, 25.000 mulheres estavam servindo nas unidades da Polícia Militar do estado (Polícia Militar - PM). O maior número (2.500) estava no Comando Militar do Sudeste, em São Paulo. As mulheres geralmente atuam em cargos de saúde e administrativos e em todos os níveis da hierarquia (CASTRO, 2012).

A Marinha e a Força aérea foram pioneiras na inclusão de mulheres nas forças armadas. Em 2013, a Marinha abriu posições no processo de admissão do Navy College. Engenheiras e funcionários podem subir para a carga de vice-almirante. A primeira mulher a chegar ao cargo de diretora geral foi contra-almirante Dalva Maria de Carvalho Mendes, nomeada em 2012, conforme citação da contra-almirante abaixo:

> Eu também acho que mais mulheres se sentiram encorajadas a entrar nas Forças Armadas após minha ascensão geral. Esse fato demonstra, na prática, que uma promoção é um resultado normal de uma carreira militar, Relação de sexo, uma vez que se usa na meritocracia, um critério usado na avaliação de todos os funcionários (CARVALHO, 2017 p. 3).

A Força Aérea tem o maior número de mulheres - quase 10.000 entre profissionais e funcionários temporários. As primeiras mulheres na Academia da Força Aérea, com sede em Pirassununga, São Paulo, foram admitidas em 1996. Os primeiros testes foram admitidos em 2003 e se formaram em 2006. Esses oficiais de aeronaves são elegíveis para promoção geral em 2046 (CARVALHO, 2017).

4. CONCLUSÃO

O Exército Brasileiro tem várias características distintas. Primeiro, é verdadeiramente transnacional, mas ainda firmemente ancorado nos países. Os Estados costumam se orgulhar de suas operações nacionais. Em segundo lugar, é altamente regulamentado nacionalmente: em parte para manter a segurança, mas também por razões econômicas e políticas.

O status das mulheres no Brasil é emblemático das tensões internas do país. Inclusive em se tratando do Exército Brasileiro. O fato é que as mulheres têm desempenhado um papel fundamental no crescimento do Exército desde o início, e particularmente em tempos de guerra. Elas ajudaram a construir os sistemas que mantêm a estratégia de segurança.

Há recuos de todos os cantos, tanto pela preocupação com a igualdade quanto por razões econômicas. E o número de mulheres a ingressar no Exército Brasileiro continuará crescendo em ritmo acelerado. À medida que o setor cresce, cresce também o número de homens e mulheres qualificados necessários para gerenciar com êxito o sistema Militar. É importante atrair e manter um número

suficiente de profissionais qualificados, masculinos e femininos, em todos os níveis, para contribuir com a operação e o gerenciamento do sistema em expansão e garantir a capacidade de preencher trabalhos-segurança.

Ao final do estudo verificou-se que a carreira no Exército brasileiro para a mulher mostra-se vantajosa, com a estabilidade na carreira apresentando-se como um dos principais benefícios, devendo-se destacar que trata-se de uma carreira predominantemente masculina que tem evoluído para a igualdade de gêneros, com a paridade de salários sendo assegurada. Acredita-se que uma das maneiras pelas quais as melhorias desejadas podem ser alcançadas é tornar o Exército Brasileiro mais equilibrado em termos de gênero.

5. REFERÊNCIAS

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jaqueline. **O que é feminismo.** Coleção Primeiros 44 passos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

ANDRADE, C. A. T. **Cenário Feminino no Exército.** São Paulo, Atlas, 2017

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**: Tradução de Fernando Tomaz (português de Portugal). 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BORGES, Carolina de Campos. Mudanças nas trajetórias de vida e identidades de mulheres na contemporaneidade. **Psicologia em Estudo**, v. 18, n. 1, p. 71-81, 2013.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e política no Brasil.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

CARVALHO, D. M.M. Mulheres no Exército Brasileiro. Disponível em: https://www.ebc.com.br/dalva-maria-carvalho-mendes Acesso em: - Jun. 2020.

CASTRO, Celso. **A invenção do Exército brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

_____. Goffman e os militares: sobre o conceito de instituição total. Militares e Política, v. 1, p. 1-7, jul./ dez. 2012.

COOPER, C. L.; LEWIS, S. **E agora, trabalho ou família?** São Paulo: Tâmisa, 2000.

EsPCEx – **Escola Preparatória de Cadetes do Exército**. Disponível em: http://www.espcex.eb.mil.br/ Acesso em: - Jun. 2020.

EXERCITO BRASILEIRO. **Inserção das Mulheres no Exército Brasileiro**. Disponivel em: http://www.eb.mil.br/ Acesso em: - Jun. 2020.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 3. ed. rev. São Paulo: Globo, 2001.

GRAMACHO, Paula Cristina Vieira Gouveia. **Conflito trabalho-família:** importância das horas de trabalho e relação com o Burnout e o *Engagement.* [Dissertação de Mestrado] Lisboa: Faculdade de Psicologia, 2012.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Organização de Ricardo Benzaquem de Araújo, Lilia Moritz Schwarcs. Ed. rev. Edição comemorativa 70 anos. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

NASSIF, V. M. J.; ANDREASSI, T.; TONELLI, M. J., FLEURY, M. T. L. **Mulheres Empreendedoras**: Uma Discussão sobre suas Competências. III Encontro de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho/EnGPR. João Pessoa, PB, 20 a 22 Nov, 2011.

NASCIMENTO, Maria Filomena Dias. Ser mulher na Idade Média. **Textos de História**, v. 5, n" I (1997): 82-91.

OLIVEIRA, Sarajane de Fátima Lima de. **Conflito Trabalho-Família e o uso de práticas de suporte instrumental em empresas fabricantes de eletroeletrônicos de Caxias do Sul.** [Dissertação de Mestrado] Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2009.

PERROT, Michelle. **Escrever uma História das mulheres:** relato de uma experiência. Cadernos Pagu. n. 04, p. 9-28, 1995.

PETERSEN, A. Discutindo o uso da categoria gênero e as teorias que respaldam estudos de gênero. In: Roso, A.; Mattos, F.B.; Werba G.; Strey, M.N. (Org.) **Gênero por escrito:** saúde, identidade e trabalho. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

PORTELA, Joana Abranches. Os rolos das mulheres na Antiguidade Clássica: adereços de cultura ou livros de leitura? *Ágora.* **Estudos Clássicos em Debate.** 14 (2012) 131-170.

PROBST, E. R. **A Evolução da mulher no mercado de trabalho**. 2003. Disponível em: <http://www.icpg.com.br/artigos/rev02-05.pdf>. Acesso em: - set.2019.

REZENDE, Elma de Fátima; PEREIRA, Erlândia Silva. Os múltiplos papéis da mulher trabalhadora: um olhar do Serviço Social. **Revista Católica**, v. 3, n. 5, 2010.

RIBEIRO, Luis Filipe. **Mulheres de papel:** um estudo do imaginário em José de Alencar e Machado de Assis. Rio de janeiro: Forense Universitário – Fundação Biblioteca Nacional, 2008.

SAFFIOTI, Heleieth. I. B. Violência de Gênero no Brasil Contemporâneo. In: SAFFIOTI, H.I.B., MUÑOZ-VARGAS, Monica (orgs.) **Mulher Brasileira é Assim.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2004.

SILVA, Anielson Barbosa. **A vivência de conflitos entre a prática gerencial e as relações em família.** 2005. Dissertação (Mestrado) **-** Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Diversidade de gênero–mulheres. **Direitos Humanos**, 2012.

TAVARES, M. S. **Com açúcar sem afeto**. In: Encontro de História. Apresentado no IV Encontro de História Oral do Nordeste. Campina Grande – PB, setembro 2010.

WAGNER, A.; PREDEBON, J.; MOSMANN, C. & VERZA, F. **Compartilhar tarefas?** Papéis e funções de Pai e Mãe na Família Contemporânea. Psicologia Teoria e Pesquisa, v.21, nº2, 2005, p. 181-186.

VENDRAMINI, C.M.M.; SANTOS, A.A.A. dos; POLYDORO, S.A.J.; SBARDELINI, E.T.B.; SERPA, M.N.F. & NATÁRIO, E.G. **Construção e validação de uma escala sobre avaliação da vida acadêmica (EAVA).** Estudos de Psicologia,9(2): 259-68, 2008